



CADERNO DIDÁTICO

TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE
**A DEMOCRACIA
E A DITADURA**

JORGE FERREIRA
JUNIELE RABELO DE ALMEIDA
SAMANTHA VIZ QUADRAT

ORGANIZADORES



Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

Apoio

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasil. Código de Financiamento 001 | This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Copyright © 2019 Jorge Ferreira, Juniele Rabelo de Almeida e Samantha Viz Quadrat

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

T758 Trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Caderno Didático. [livro eletrônico] / Jorge Ferreira; Juniele Rabelo de Almeida; Samantha Viz Quadrat (organizadores). – Niterói: Eduff, 2019. Ebook. ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 9788522813650

BISAC HIS033000 **HISTORY**/Latin America/South America

1. República - Brasil. 2. Ditadura - Brasil. 3. Democracia - Brasil. I. Ferreira, Jorge. II. Almeida, Juniele Rabelo de. III. Quadrat, Samantha Viz. IV. Título.

CDD B869.5

Equipe de realização

Editor responsável: Renato Franco

Coordenação de produção: Márcio Oliveira

Revisão e Normalização: Fátima Ferreira da Silva (Librum Soluções Editoriais)

Capa, projeto gráfico e diagramação: Librum Soluções Editoriais

Fotografia Capa: *Manifestação estudantil contra a Ditadura Militar* [Brasil, 6 de agosto de 1968] | Fundo do Jornal *Correio da Manhã*, Domínio público / Acervo Arquivo Nacional

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

SUMÁRIO

- 06 | APRESENTAÇÃO
Juniele Rabelo de Almeida e Samantha Viz Quadrat
- 15 | Oliveira Vianna (1883-1951)
Ângela de Castro Gomes
- 17 | Leônidas da Silva (1913-2004)
Leonardo Pereira
- 20 | Eros Volússia (1914-2004)
Karla Carloni
- 22 | Plínio Salgado (1895-1975)
Leandro Gonçalves
- 24 | Raymundo Souza Dantas (1923-2015)
Fábio Koifman
- 26 | Abdias Nascimento (1914-2011)
Petrônio Domingues
- 29 | Apolonio de Carvalho (1912-2005)
Jorge Ferreira
- 31 | Ênio Silveira (1925-1996)
Américo Freire

- 
- 33 | Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970)
Anderson Almeida
- 36 | Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988)
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior
- 39 | Emílio Garrastazu Médici (1905-1985)
Janaína Cordeiro
- 42 | Inês Etienne Romeu (1942- 2015)
Isabel Cristina Leite
- 44 | Joel Rufino dos Santos (1941-2015)
Samantha Viz Quadra
- 47 | Lélia Gonzalez (1935-1994)
Antonia Lana de Alencastre Ceva
- 49 | Raul Seixas (1945-1989)
Mario Luís Grangeia
- 51 | Mário Juruna (1943-2002)
Michelle Reis de Macedo
- 54 | Virgínia Schall (1954-2015)
Denise Nacif Pimenta e Juniele Rabêlo de Almeida

APRESENTAÇÃO

O caderno didático que apresentamos é um dos produtos do projeto *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*, contemplado no Edital 13/2015 Memórias Brasileiras: Biografias, da Capes, e coordenado pelo Prof. Jorge Ferreira. O projeto se orientou com vistas a contribuir para renovação das abordagens biográficas da História do Brasil República – tendo como pressuposto valorizar o debate público sobre a pluralidade das dinâmicas e dos sujeitos sociais. A partir da análise de múltiplas trajetórias de vida, expressas em narrativas políticas entre democracia e ditadura, busca-se a construção e difusão de práticas de história pública. A pesquisa proposta se apoia no intercâmbio acadêmico de pesquisadores, professores e alunos das diversas instituições envolvidas no projeto, fomentando a troca de experiências e o diálogo acadêmico em torno dos eixos “biografia, narrativas políticas e história pública” na história do Brasil republicano. O projeto agrega trajetórias plurais que permitem ampliar as discussões sobre os diversos projetos políticos que estiveram em pauta no Brasil ao longo do século XX – dinâmicas entre autoritarismos e projetos democratizantes, revoluções e reformas elaboradas por segmentos diversos da sociedade brasileira em momentos distintos de sua história recente.

O livro resultante do projeto foi *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*, organizado por Jorge Ferreira e Karla Carloni (Eduff, 2019), disponível para download gratuito na página *web* da editora (<http://www.eduff.uff.br/>). Composto por 17 capítulos dedicados a diferentes personagens brasileiros da época republicana, homens e mulheres, brancos e negros, das mais diversas atividades profissionais e políticas. Nesse sentido, em diálogo com a obra principal do projeto, nos propomos, a partir das indicações dos autores e autoras, a refletir

como essas trajetórias podem ser pensadas na educação básica através de debates sobre questões como gênero, etnicidade, mundos do trabalho, cultura, dentre outros.

Não podemos finalizar essa seção sem agradecer aos autores e autoras que nos indicaram o aspecto a ser destacado em cada biografado. A todos, nosso muito obrigado. Aos professores e professoras da educação básica deixamos o nosso convite para o uso das narrativas biográficas no ensino da História do Brasil Republicano.

Biografias e o ensino de História

A biografia sempre teve um espaço de honra na literatura, no jornalismo e na própria história, sendo livros com grande receptividade e não raramente com sua dose de polêmicas. Nos últimos anos, as abordagens biográficas passaram (e continuam passando) por um rico debate historiográfico que reflete sobre o caráter teórico-metodológico desse tipo de trabalho na História (ARFUCH, 2010; AVELAR; SCHMIDT, 2018; BOURDIEU, 1996; LEVI, 1996; DOSSE, 2009; SCHMIDT, 2000).

A partir do acesso às renovações das abordagens biográficas da História do Brasil República (ALMEIDA, 2017; FERREIRA, 2011; GREEN, 2018; REIS, 2014; SCHMIDT, 2018) (na circulação entre os saberes acadêmicos e escolares) será possível a análise de múltiplas trajetórias de vida, expressas em narrativas políticas, para construção e difusão de práticas de história pública (ALMEIDA; MENESES, 2018; ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016; MAUD; SANTHIAGO; BORGES, 2018). As reflexões sobre diferentes biografados poderão catalisar diferentes atividades temáticas em sala de aula.

Interessa-nos, entretanto, reconhecer e compreender o “saber” e o “fazer” dos professores, nos afastando das prescrições arbitrárias sobre o que o professor “deve aprender”. Atentamos assim, primeiramente, para um processo de sensibilização a ser construído a partir das narrativas autobiográficas de professores e estudantes. A comunidade escolar, por meio dos aprendizados resultantes da elaboração de narrativas autobiográficas (orais e escritas), poderá significar, de forma experiencial, o sentido da interpretação biográfica e as dimensões do sujeito histórico na coletividade.

Dessa forma, as propostas elaboradas aqui não se configuram enquanto regulação, ou uma estratégia para formatar o trabalho docente. São propostas temáticas (a partir de debates teórico-metodológicos) que compreendemos ser pertinentes para o desenvolvimento de ações didáticas na interface “ensino de história e biografia” – buscando nos aproximar da “cultura docente em ação”, nos diálogos entre professores e estudantes (TARDIF, 2008).

A nossa proposta de trabalho na educação básica soma-se a outras iniciativas que já estão sendo realizadas por professores da educação básica no Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Capes¹ e em livros didáticos que utilizam em suas páginas a biografia como uma estratégia para introduzir o conteúdo. (VAINFAS *et al.*, 2014)

Sensibilização: narrativas autobiográficas na escola

Como iniciar um trabalho na interface “biografia e ensino de história” pelo trabalho da memória em sala de aula? Como acessar narrativas autobiográficas de professores e estudantes? O trabalho de memória parte da experiência, prolongando-se para as lembranças, os silêncios e os esquecimentos reverberados em narrativas.

Dimensões teórico-metodológicas referentes às histórias de vida podem indicar redes de significação da experiência que potencializam processos de aprendizado narrativo. Ao construir narrativas autobiográficas (orais ou escritas), professores e estudantes vivenciam aprendizados narrativos ao escolher “memórias de si” – o quê, onde, como, quando e o porquê contar. Emerge um conhecimento compartilhado, em um esforço transdisciplinar comprometido com a educação democrática – em especial, na prática de liberdade expressa ao se narrar publicamente.

A construção de acervos autobiográficos nas escolas – com essas narrativas (orais ou escritas) – revela preocupações com a memória social, ao possibilitar novas elaborações e socialização do *trabalho de memória*²

1. Podemos citar como exemplo dissertações que foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e seus vários núcleos em todas as regiões do Brasil. Ver: Azeredo (2018); Cassanta (2018); Crespo (2016); Medeiros (2016); Pereira (2018). Os trabalhos estão disponíveis na íntegra no Portal Educapes <<https://educapes.capes.gov.br/>>

2. Sobre o *trabalho de constituição das memórias*, afirma Pollak: “Numa perspectiva construtivista,

realizado pelos professores e estudantes. As diferentes demandas e interesses, em um encontro de saberes, podem aquecer os debates públicos da comunidade escolar. Trata-se do entrecruzamento academia, escola e comunidades, tendo em vista a construção e a socialização das demandas socioeducacionais por meio das experiências de vida.

As narrativas públicas entrecruzam os sujeitos, os saberes e as práticas dos professores e estudantes. Memórias sociais são expressas em múltiplas elaborações narrativas marcadas pelo tempo. O lugar e o tempo desses sujeitos são contextualizados em *identidades narrativas*: “A narrativa constrói a identidade da personagem, que se pode chamar de sua identidade narrativa, construindo a da história narrada.” (RICOEUR, 1994)

A observação dos processos históricos, relativos às experiências dos indivíduos e coletividades no tempo, torna possível inscrever análises sobre valores, tradições, práticas e representações partilhadas pelo grupo – por meio das narrativas. Assim, o estudo de narrativas autobiográficas possibilita a investigação das ações coletivas e das construções sociais que inferiram condições para relação ensino/aprendizagem. A relação entre experiência, memória e narrativa fornece os ingredientes necessários para a construção de uma História Pública – apreendida por seus próprios integrantes a partir das relações histórico-sociais, políticas e culturais que os envolvem.

A construção das narrativas não tem a pretensão de reconstituição do passado, mas sim de ressignificação histórica. A memória social, marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, desvela lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões. (POLLACK, 1989; PORTELLI, 2016) Dessa forma, narrativas autobiográficas, orais e escritas, expressam a memória viva e constroem uma imagem abrangente e dinâmica da experiência.

Cabe, neste momento, indicar as especificidades da narrativa oral. Como afirmam Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, tal narrativa – resultante do trabalho de História Oral – representa o diálogo entre entrevistado e entrevistador, um encontro que acaba por registrar as preocupações de, no mínimo, dois sujeitos diferentes. (FERREIRA; AMADO,

não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLACK, 1989, p. 4).

1996; PORTELLI, 2016) Em decorrência, a narrativa oral mostra-se fruto do diálogo de diferentes identidades em um espaço de intersubjetividade. Em conformidade com os pressupostos de um projeto de História Oral, se estimula a coleta e organização das narrativas de professores e estudantes. A pesquisa, no campo da oralidade, tem como horizonte a realização das entrevistas a partir da rede estabelecida e, também a transcrição e textualização (observando, aqui, os cuidados da passagem da oralidade para o texto escrito).

Algumas iniciativas de valorização da docência, não raro, têm sua capacidade transformadora reduzida ao desconsiderar as condições efetivas de exercício do magistério na Educação Básica e as trajetórias de vida relativas à comunidade escolar. Com isso, algumas sugestões de propostas de difícil adoção são formuladas, acompanhadas de estratégias e mecanismos de atuação inapropriados à educação pública. As narrativas autobiográficas podem mobilizar o conhecimento adquirido e a vivência do dia a dia da escola e do interior da sala de aula, bem como as conexões entre a história de vida dos professores e as vivências da comunidade escolar, estreitando diálogos entre alunos, pais ou responsáveis, funcionários do corpo técnico etc.

Na observação das narrativas autobiográficas³ é possível reconhecer dúvidas, inquietações e inseguranças que marcam o dia a dia da sala de aula; observando as impressões sobre a escola, corpo docente, alunos, família e demais variáveis com implicações no processo ensino-aprendizagem.

Biografia, narrativas políticas e história pública

A biografia, na interface tempo e narrativa, permite problematizar práticas e representações políticas. As narrativas políticas expressas em

3. Um exemplo é o acervo digital intitulado *Trajétórias Docentes* que reuni narrativas de professores em formação inicial e continuada. O acervo articula políticas públicas de formação inicial de professores (a Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e continuada (com o PROFHISTÓRIA, Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional). A organização do acervo, sob responsabilidade dos professores Juniele Rabêlo de Almeida e Everardo Paiva de Andrade, é uma parceria entre o LABHOI - Laboratório de História Oral e Imagem e o LEH - Laboratório de Ensino de História - ambos da Universidade Federal Fluminense. Ver: Andrade & Almeida (2018. p. 129-144).

trabalhos biográficos remetem, muitas vezes, às leituras comuns do passado e aos projetos construídos coletivamente. Tais narrativas reúnem compreensões compartilhadas e ressignificadas a partir das variações interpretativas e das políticas de memória. A narrativa reconfigura o entendimento da ação humana e enxerta novos elementos temporais às configurações da ação. Historicizar o processo de construção das narrativas políticas estimula novos olhares para as trajetórias de vida.

A pesquisa biográfica, com suas narrativas políticas, se realiza no leitor, no interesse público. Biografias podem encontrar o seu lócus “público” na divulgação de um conhecimento sistematizado para produção e catalisação de novos debates políticos. Dessa forma, o trabalho biográfico – realizado de maneira responsável e integrada – é capaz de mobilizar atividades de difusão e de construção do conhecimento histórico para amplas audiências. Catalisa-se, assim, novas perspectivas para o entrecruzamento “biografia e história pública”.

O espaço da história pública, já consolidado em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, se expandiu nos últimos anos. A expressão história pública ultrapassa a ideia de acesso e publicização de concepções em vigor na academia. É necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a difusão e o desenvolvimento de uma “história” com a participação e colaboração dos diversos grupos (guardiões de acervos dos biografados – ligados, por exemplo, aos partidos, movimentos sociais, sindicatos, agremiações, facções, associações entre outros) fora/dentro do espaço universitário. Considera-se, assim, a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública, buscando o diálogo com as práticas e reflexões não acadêmicas comprometidas com a problematização da cultura histórica.

No Brasil, as discussões sobre as dimensões do público na história motivaram preocupações com as demandas sociais. O público diverso, com suas vontades e narrativas políticas, projeta novas estratégias e novas tecnologias – ganhando espaço fora do ambiente acadêmico. A história pública sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva. Nesse sentido, os trabalhos biográficos – nas suas inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais – podem contribuir para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico. As necessidades e os interesses de grupos podem inspirar projetos biográficos

que envolvem os membros dessa coletividade, pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos em colaboração.

Emergem, frente às dinâmicas da história pública, reflexões sobre: a relação entre o trabalho biográfico e a diversidade de seus públicos; o impacto social da produção biográfica; o papel dos biografados e dos biógrafos no espaço público; a promoção de debates públicos sobre os biografados; o impacto das novas mídias sobre as estratégias de produção e publicização das biografias; os diálogos entre a biografia e outras áreas de conhecimento (para além da história: como jornalismo, literatura, cinema, teatro, turismo etc.). Nessa seara se estabelecem os pressupostos para a coprodução do saber problematizado sobre o passado, em um exercício no qual diferentes linguagens e metodologias se complementam e ajudam na percepção histórica para além dos espaços acadêmicos e escolares.

A diversidade de leituras e procedimentos da história pública incide sobre o conhecimento histórico, não apenas preocupada em atingir um público maior, mas aprender com ele, com suas mudanças e demandas. A história pública deve levar em conta as necessidades, os movimentos e os imaginários das comunidades nas quais está inserido, e pode contribuir na organização e divulgação de interesses múltiplos. Acredita-se que o tema aglutinador – perspectivas do trabalho biográfico: da narrativa política à história pública – aponta um elenco de tópicos bastante instigante e variado, propiciando o cruzamento de fronteiras entre diversas áreas de conhecimento e atuação, acadêmicas e não acadêmicas.

A seguir, o leitor encontrará trechos selecionados por cada um dos autores do livro, seguidos de temas que poderão ser desenvolvidos em sala de aula. Esperamos, desse modo, contribuir com o professor em suas atividades.

*Juniele Rabelo de Almeida e Samantha Viz Quadrat
Primavera de 2019.*

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. *Como se fosse um deles: Almirante Aragon*. Niterói: Eduff, 2017.

ALMEIDA, J. R. de; MENESES, S. (orgs.). *História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2011.

ANDRADE, E. P. de; ALMEIDA, J. R. de. Trajetórias docentes e história pública: a construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, J. R. de; MENESES, S. (orgs.). *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

AVELAR, A.; SCHMIDT, B. (orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

AZEREDO, E. G. de. *As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: ProfHistória, UERJ, 2018.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CASSANTA, L. D. *Consciência história e transformações sociais: narrativas autobiográficas e o exercício da cidadania a partir das aulas de História*. Santa Maria: ProfHistória, UFSM, 2018.

CRESPO, F. N. *O Brasil de Laudelina: Usos do Biográfico no Ensino de História*. Rio de Janeiro: ProfHistória, UERJ, 2016.

DOSSE, F. *O desafio biográfico*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GREEN, J. *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDEIROS, G. R.. *Produção de autobiografias por alunos do 6º ano do ensino fundamental como forma de refletir sobre trajetórias de vida e desenvolver noções de trabalho do historiador.* Porto Alegre: ProfHistória, UFRGS, 2016.

PEREIRA, J. D. *Questões de gênero no universo discente: narrativas (auto) biográficas como dispositivo de formação.* Santa Maria: ProfHistória, UFSM, 2018.

POLLAKC, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta.* São Paulo (SP): Letra e Voz, 2016.

REIS, D. A. *Luis Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos.* São Paulo: Cia das Letras, 2014.

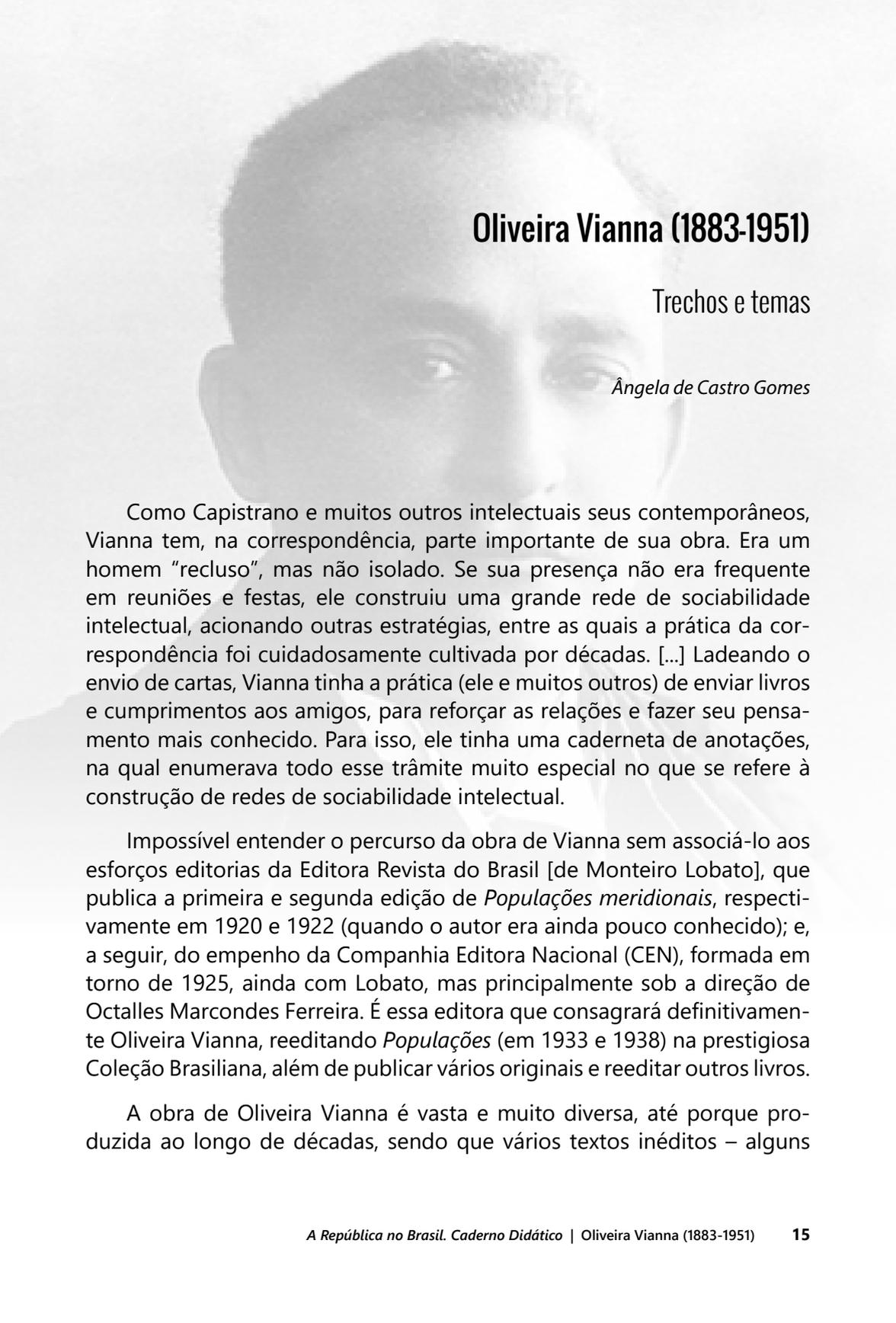
RICOEUR, P. *O si mesmo como um outro.* Campinas: Papyrus, 1994.

SCHMIDT, B. *Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário.* Porto Alegre: Libretos, 2018.

SCHMIDT, B. (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

VAINFAS, R. et al. *História.* São Paulo: Saraiva, 2014.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis: Vozes, 2008.

A faded, grayscale portrait of Oliveira Vianna, a man with dark hair and a serious expression, looking slightly to the right. The portrait is the background for the top half of the page.

Oliveira Vianna (1883-1951)

Trechos e temas

Ângela de Castro Gomes

Como Capistrano e muitos outros intelectuais seus contemporâneos, Vianna tem, na correspondência, parte importante de sua obra. Era um homem “recluso”, mas não isolado. Se sua presença não era frequente em reuniões e festas, ele construiu uma grande rede de sociabilidade intelectual, acionando outras estratégias, entre as quais a prática da correspondência foi cuidadosamente cultivada por décadas. [...] Ladeando o envio de cartas, Vianna tinha a prática (ele e muitos outros) de enviar livros e cumprimentos aos amigos, para reforçar as relações e fazer seu pensamento mais conhecido. Para isso, ele tinha uma caderneta de anotações, na qual enumerava todo esse trâmite muito especial no que se refere à construção de redes de sociabilidade intelectual.

Impossível entender o percurso da obra de Vianna sem associá-lo aos esforços editoriais da Editora Revista do Brasil [de Monteiro Lobato], que publica a primeira e segunda edição de *Populações meridionais*, respectivamente em 1920 e 1922 (quando o autor era ainda pouco conhecido); e, a seguir, do empenho da Companhia Editora Nacional (CEN), formada em torno de 1925, ainda com Lobato, mas principalmente sob a direção de Octalles Marcondes Ferreira. É essa editora que consagrará definitivamente Oliveira Vianna, reeditando *Populações* (em 1933 e 1938) na prestigiosa Coleção Brasileira, além de publicar vários originais e reeditar outros livros.

A obra de Oliveira Vianna é vasta e muito diversa, até porque produzida ao longo de décadas, sendo que vários textos inéditos – alguns

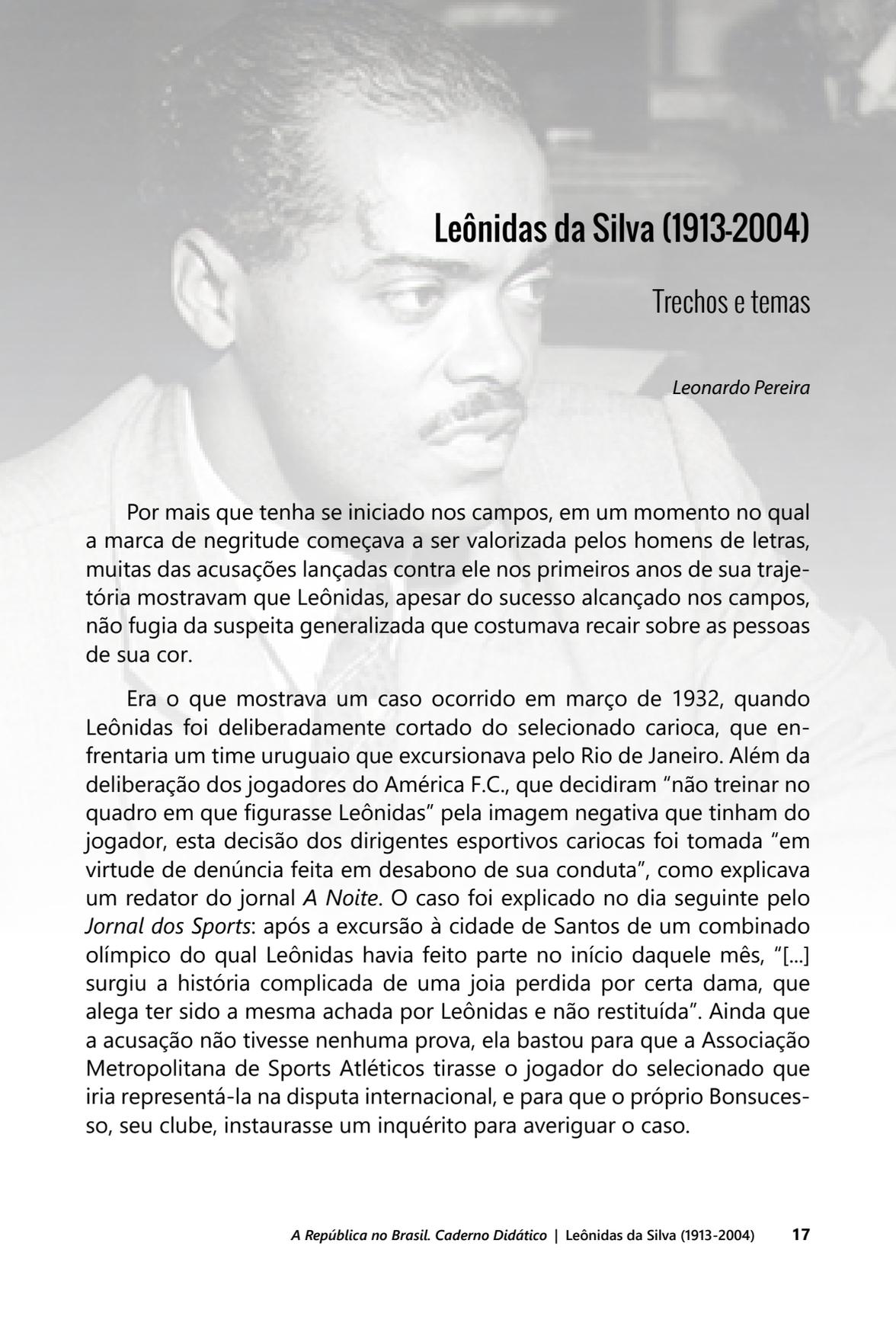
incompletos e organizados por terceiros – foram publicados após sua morte. Aliás, a Editora José Olympio, que detinha os direitos de edição quando de seu falecimento, beneficiou-se desse fato, anunciando que nove livros ainda desconhecidos do público entrariam brevemente em circulação. Como Castro Faria chama a atenção, a obra de um autor é um conjunto complexo que, nesse caso, envolve livros, matérias de jornal, correspondência, pareceres técnicos e até mesmo curtas anotações. Oliveira Vianna escreveu muito e também se esforçou muito para tornar sua reflexão, em especial aquela em suporte livro, um “todo” dotado de sentido e estabilidade.

Ou seja, [Oliveira Vianna foi] alguém que inventou uma “maneira de falar sobre o Brasil”, elaborando uma interpretação e a configurando em uma linguagem, que suscitou debates e teve amplo compartilhamento e duração no tempo.

GOMES, A. de C. Oliveira Vianna: notas sobre a história e a memória de um “fundador de discursividades”. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Oliveira Vianna

- 1) Como os intelectuais da primeira metade do século XX se relacionavam entre si e como essa rede de contatos era importante para a produção de seus trabalhos.
- 2) Como os editores têm papel importante na divulgação da obra de um autor, inclusive depois de morto. Como autores e editores devem ser pensados lado a lado para se entender a importância de certos livros.
- 3) Como se pode pensar a obra de um autor para além de seus livros mais conhecidos. E como Oliveira Vianna, escrevendo livros etc., inventou uma maneira de pensar e falar sobre o Brasil influenciando até hoje.



Leônidas da Silva (1913-2004)

Trechos e temas

Leonardo Pereira

Por mais que tenha se iniciado nos campos, em um momento no qual a marca de negritude começava a ser valorizada pelos homens de letras, muitas das acusações lançadas contra ele nos primeiros anos de sua trajetória mostravam que Leônidas, apesar do sucesso alcançado nos campos, não fugia da suspeita generalizada que costumava recair sobre as pessoas de sua cor.

Era o que mostrava um caso ocorrido em março de 1932, quando Leônidas foi deliberadamente cortado do selecionado carioca, que enfrentaria um time uruguaio que excursionava pelo Rio de Janeiro. Além da deliberação dos jogadores do América F.C., que decidiram “não treinar no quadro em que figurasse Leônidas” pela imagem negativa que tinham do jogador, esta decisão dos dirigentes esportivos cariocas foi tomada “em virtude de denúncia feita em desabono de sua conduta”, como explicava um redator do jornal *A Noite*. O caso foi explicado no dia seguinte pelo *Jornal dos Sports*: após a excursão à cidade de Santos de um combinado olímpico do qual Leônidas havia feito parte no início daquele mês, “[...] surgiu a história complicada de uma joia perdida por certa dama, que alega ter sido a mesma achada por Leônidas e não restituída”. Ainda que a acusação não tivesse nenhuma prova, ela bastou para que a Associação Metropolitana de Sports Atléticos tirasse o jogador do selecionado que iria representá-la na disputa internacional, e para que o próprio Bonsucesso, seu clube, instaurasse um inquérito para averiguar o caso.

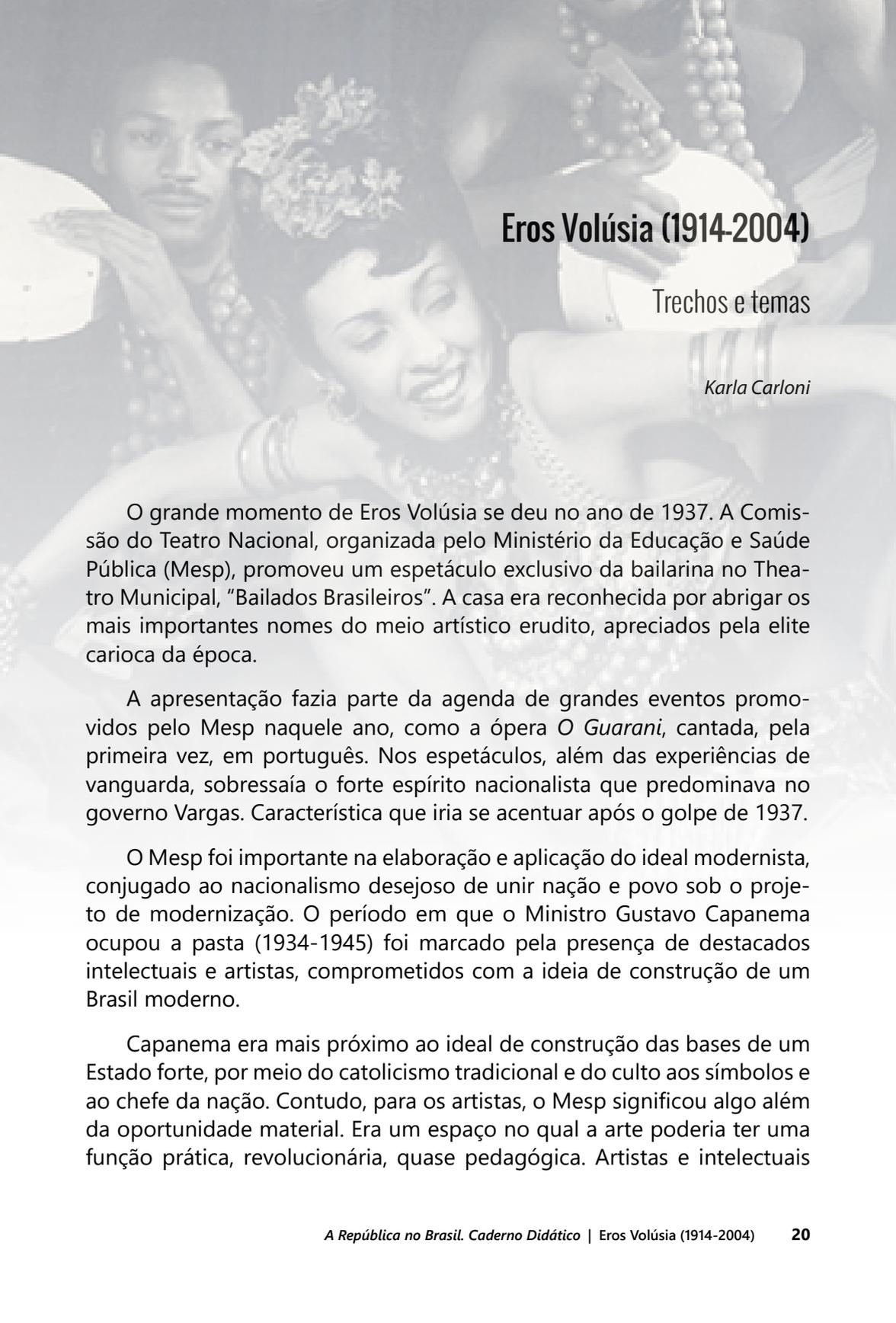
Apesar da derrota frente aos italianos, que impediu que o selecionado brasileiro disputasse o título da competição, Leônidas alcançava então um sucesso que já levava os jornalistas brasileiros a caracterizá-lo, em sua volta, como “o jogador mais perfeito que se poderia conceber”, cuja carreira seria “exemplo de dedicação e fulgor”. Com uma popularidade que fazia dele um “autêntico ídolo da multidão”, era requisitado para entrevistas e propagandas, recebendo homenagens por todos os lugares pelos quais passava. Não era de se admirar, por isso, que os ideólogos do Estado Novo recém instaurado tentassem fazer dele o símbolo do projeto de nação que tentavam afirmar. “A vitória de hoje tem um sentido: tudo pelo Brasil”, escrevia Gustavo Capanema, Ministro da Educação do governo Vargas, em carta enviada à delegação brasileira após o jogo contra a Tchecoslováquia. “Estes rapazes criaram para nós um justo título de vaidade”, afirmava a um jornalista, mostrando ver em jogadores como Leônidas “[...] a medida da nossa gente: dureza e agilidade no corpo e ainda impressionante resistência moral” – o que fazia deles a expressão máxima do homem novo que os partidários do regime recém instaurado pretendiam afirmar.

O próprio jogador não deixava de se mostrar consciente do sentido da operação de que era objeto. Em depoimento dado décadas depois, reconhecia que somente após a boa campanha brasileira na Copa de Mundo de 1938 seu nome passou a ser celebrado em ambientes que iam muito além daquele dos aficionados pelo futebol. “Não havia, por exemplo, esta ligação da elite com o jogador de futebol, cujo conceito era de marginal”, explicava o jogador, que se mostrava atento para a atenção que jogadores como ele passaram a receber por parte de intelectuais e autoridades governamentais. Para ele seria somente a partir de então que teria havido “[...] uma aproximação mais do governo para o futebol da nossa terra”, que de modo deliberado tentava fazer do jogo e de seus ídolos uma forma de afirmar “perspectivas nossas” para a nacionalidade. Apagadas as tensões e conflitos que haviam marcado sua trajetória, Leônidas era transformado na expressão acabada de um orgulho nacional homogêneo e coeso, capaz de iluminar para o grande público que acompanhava seus jogos o sentido da nova nacionalidade que se tentava afirmar.

PEREIRA, L. Leônidas da Silva: um ídolo negro no Brasil de Getúlio Vargas. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Leônidas da Silva

- 1) As dificuldades enfrentadas por um homem negro da Primeira República para se afirmar profissionalmente.
- 2) O sentido da transformação de Leônidas da Silva em ídolo nacional na década de 1930.
- 3) Os limites da valorização da herança negra como elemento de nacionalidade durante o Estado Novo.



Eros Volúcia (1914-2004)

Trechos e temas

Karla Carloni

O grande momento de Eros Volúcia se deu no ano de 1937. A Comissão do Teatro Nacional, organizada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), promoveu um espetáculo exclusivo da bailarina no Teatro Municipal, "Bailados Brasileiros". A casa era reconhecida por abrigar os mais importantes nomes do meio artístico erudito, apreciados pela elite carioca da época.

A apresentação fazia parte da agenda de grandes eventos promovidos pelo Mesp naquele ano, como a ópera *O Guarani*, cantada, pela primeira vez, em português. Nos espetáculos, além das experiências de vanguarda, sobressaía o forte espírito nacionalista que predominava no governo Vargas. Característica que iria se acentuar após o golpe de 1937.

O Mesp foi importante na elaboração e aplicação do ideal modernista, conjugado ao nacionalismo desejoso de unir nação e povo sob o projeto de modernização. O período em que o Ministro Gustavo Capanema ocupou a pasta (1934-1945) foi marcado pela presença de destacados intelectuais e artistas, comprometidos com a ideia de construção de um Brasil moderno.

Capanema era mais próximo ao ideal de construção das bases de um Estado forte, por meio do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e ao chefe da nação. Contudo, para os artistas, o Mesp significou algo além da oportunidade material. Era um espaço no qual a arte poderia ter uma função prática, revolucionária, quase pedagógica. Artistas e intelectuais

de grande porte e representantes de diferentes orientações políticas e estéticas, como Carlos Drummond de Andrade, Candido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Anísio Teixeira, Mario de Andrade e Gilberto Freyre, eram atraídos para esse grande projeto de renovação do Estado, da cultura e, conseqüentemente, da sociedade.

O incentivo do Mesp foi um importante impulsionador da carreira de Eros, principalmente após novembro de 1937. A arte da bailarina, atrelada aos seus estudos da cultura brasileira, despertou os interesses do novo regime. O Estado Novo fundamentava o seu projeto no ideal de construção de um futuro que deveria ser erigido sobre as bases de um passado comum e harmônico, por meio da valorização das tradições do povo e de sua raça. Outro elemento importante que caracterizava a união entre política e cultura era o espaço destacado dado à natureza do país. Ângela de Castro Gomes sinaliza que o projeto do novo Estado trazia a necessidade de retorno “às riquezas potenciais e inativas do país” e um retorno à cultura original, processo a ser mediado pela elite política e que culminaria em, dentre outros aspectos, na integração do trabalhador nacional. Somente dessa forma retornaríamos ao processo evolutivo interrompido com o advento da democracia liberal na Primeira República.

CARLONI, K. Eros Volúcia. A bailarina do Brasil moderno. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Eros Volúcia

- 1) A relação entre o Ministério da Educação e Cultura e os artistas modernistas.
- 2) O ideal de democracia racial como representação do Brasil moderno.
- 3) O discurso de ruptura do Estado Novo com a experiência da Primeira República.

A black and white portrait of Plínio Salgado, a man with a mustache, wearing a suit and tie, looking directly at the camera.

Plínio Salgado (1895-1975)

Trechos e temas

Leandro Gonçalves

Filho de um coronel e de uma professora, Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895, na cidade do interior de São Paulo, São Bento do Sapucaí, sendo desde pequeno influenciado pela presença de uma doutrina cristã e autoritária. A imagem de defensor dos valores do cristianismo sempre foi a marca central em torno do garoto Plínio. Ao lado de um típico discurso autoritário do pai e da educação concedida pela mãe, demonstrava com clareza e visibilidade que o lema integralista, *Deus, pátria e família*, estava presente desde sua infância.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada oficialmente no dia 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, estabelecendo-se como um grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. A partir dessa data, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo brasileiro, em novembro de 1937. Esse movimento político tornou o líder Plínio Salgado conhecido nacionalmente. O integralismo, por meio de um forte discurso com uma sólida base cristã, canalizava para a ação política as angústias e os temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político.

Com a aproximação do fim do Estado Novo getulista, Plínio Salgado teve, como consequência natural, o regresso ao Brasil, e o ano de 1945 foi de duplo sentido para o autor. Havia a necessidade de manter a base organizacional do cristianismo e o estabelecimento de uma versão “Plínio

pós-guerra”. Dessa forma, caminhou em três ações: a manutenção das ações para o fortalecimento como intelectual católico; a consolidação de uma nova composição metodológica com base na Democracia Cristã; e as articulações políticas que precisavam ser construídas para um bom regresso para o seu estabelecimento no Brasil, além da consolidação do Partido de Representação Popular (PRP). Para o sucesso do projeto, havia um modelo exemplar a ser seguido: António de Oliveira Salazar.

Após o exílio, vê-se o tempo do último suspiro em busca do poder, mostrando ser, além de um seguidor do modelo salazarista, um líder intelectual sem a mesma força de antes, mas que alcançava certa projeção no cenário nacional na égide do PRP. Após 1964, quando passou a ser um dos sustentáculos discursivos de apoio ao golpe civil-militar, passou a figurar de forma tímida, em 1965, na Aliança Renovadora Nacional (Arena), seu espaço político até 1974, ano de sua aposentadoria.

Exaltado e idolatrado por uns, esquecido e ocultado por outros devido ao radicalismo de direita, foi indiscutivelmente uma figura polêmica no século XX. Com uma trajetória plena de tensões, representou um dos principais nomes da política brasileira, sobretudo por ter sobrevivido a diversos momentos da história.

GONÇALVES, L. P. Do fascismo ao conservadorismo católico: a trajetória de Plínio Salgado. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Plínio Salgado

- 1) A organização de um movimento fascista no Brasil.
- 2) A disputa política no âmbito do Estado Novo brasileiro.
- 3) A presença e apoio dos integralistas ao golpe de 1964.



Raymundo Souza Dantas (1923-2015)

Trechos e temas

Fábio Koifman

Raymundo Souza Dantas (1923-2015) nasceu no dia 11 de janeiro de 1923 na pequena cidade sergipana de Estância [...] era filho, neto e bisneto de analfabetos e sua mãe Porfíria, trabalhava como lavadeira. A despeito dos esforços da progenitora em matriculá-lo em uma instituição de ensino, entre os seus seis e dez anos, nunca logrou permanecer em uma escola [...] se alfabetizou somente aos 18 anos [...] foi aprendiz de ferreiro, de marceneiro, pintor de paredes e entregador de embrulhos. Aos dezesseis anos foi trabalhar no jornal de sua cidade natal [...]. Em 1941 resolveu ir para o Rio de Janeiro. Na então capital do país, dormiu alguns dias na rua e realizou trabalhos diversos [...] conseguiu um emprego [...] Nesse trabalho foi tipógrafo e em outros que se empregou, passou “a dominar o alfabeto” e a publicar seus textos em diferentes jornais e revistas. [...]. No início de 1949, Raymundo publicou o livro autobiográfico *Um Começo de Vida*. Com tiragem de 40 mil cópias, a obra foi encomendada e publicada por iniciativa da “Campanha de Alfabetização de Adultos” do Departamento Nacional de Educação do ministério da Educação que a distribuiu às escolas de ensino supletivo de todo o país.

O objetivo da campanha era o de que “[...] a história de Raymundo Souza Dantas fosse conhecida pelo maior número dos que tenham aprendido a ler e ainda pelos analfabetos contado a estes pelos pais, parentes ou amigos” pois “[...] nos mostram o que vale a instrução, como igualmente nos mostram que o valor da instrução é multiplicado quando haja força de vontade e inteireza de caráter”. A história de um homem nordestino

e pobre que chegou ao Rio de Janeiro em 1941 com 18 anos, analfabeto e quatro anos mais tarde era redator do jornal *Diário Carioca* e já tinha publicado o seu primeiro livro, foi a escolhida para servir de exemplo aos brasileiros. [...].

Até o ano de 2010 [...] Raymundo Souza Dantas perdurou como exemplo único de representação em nível de embaixador de indivíduo negro. Se constituindo em paradigma expressivo do racismo e da persistente “desigualdade racial” no país [...] demorou ainda praticamente cinquenta anos, meio século, para que finalmente um segundo embaixador brasileiro negro, dessa vez de carreira [...] a trajetória de vida pública de Raymundo pode ser dividida em três fases: a primeira, como personagem exemplo determinação e superação que passou a ser conhecido nacionalmente como modelo por ter conseguido superar as dificuldades de nascer pobre, negro, nordestino e, analfabeto até quase os 18 anos. A segunda fase, como escritor e jornalista que trabalhou e publicou intensamente e foi lido no país inteiro. A terceira fase, como tendo sido o primeiro embaixador negro do Brasil, nomeado em 1961 por Jânio Quadros para servir em Gana.

KOIFMAN, F. Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Raymundo Souza Dantas

- 1) Os contrastes e dificuldades dos migrantes nordestinos brasileiros.
- 2) O racismo resistente no país.
- 3) A educação e a instrução como possibilidade de mobilidade social.



Abdias Nascimento (1914-2011)

Trechos e temas

Petrônio Domingues

Quando Abdias Nascimento saiu da prisão, com 30 anos de idade, voltou a fixar residência no Rio de Janeiro e se reuniu com um grupo de amigos [...] e decidiram fundar uma companhia teatral em 1944, batizada de Teatro Experimental do Negro (TEN). Em 1945, houve a derrubada da ditadura do Estado Novo, quando o país restabeleceu a democracia e a sociedade civil pode se rearticular. [...] Aproveitando o momento de abertura política, Abdias procurou compor alianças, tanto entre os negros quanto com estudantes, intelectuais, partidos, movimentos da sociedade civil, políticos profissionais, jornalistas e artistas brancos. [...] Seu intuito era, a partir dessa coalisão de forças, inserir na cena pública a luta pela “democracia racial”, expressão que surgiu nesse período. A “democracia racial” deveria ser evocada menos como uma realidade do que um novo pacto nacional sobre o que o Brasil poderia se tornar em um cenário de redemocratização e participação popular ampliada.

Durante a Segunda República (1945-1964), Abdias emergiu como uma figura pública na então Distrito Federal, a partir sobretudo do trabalho à frente do TEN. Embora o grupo fosse numericamente pequeno e mantido na informalidade [...], empreendeu uma atuação para além do campo artístico. [...] Em 1948, lançou a primeira edição de *Quilombo*, jornal que trazia um subtítulo sugestivo: “Vida, problemas e aspirações do negro”. Consistia no veículo de comunicação (e divulgação) das ideias, narrativas, demandas e utopias do TEN. Era dirigido por Abdias Nascimento, com a colaboração de ativistas e intelectuais negros e brancos. O jornal publicou

textos da lavra de Arthur Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Thales de Azevedo, Raquel de Queiroz, Roger Bastide, entre outros importantes nomes da *intelligentsia* brasileira. Por meio do *Quilombo*, Abdias defendia a “democracia racial” – igualdade de direitos e de oportunidades – como um ideal a ser conquistado na sociedade brasileira.

No livro *O Quilombismo* [de 1980], Abdias sintetizava várias de suas ideias pan-africanistas, colocadas em circulação na época, e tentava transformá-las num projeto nacional de emancipação negra. Abandonava, de vez, o projeto de integração da população negra à identidade nacional, tal como defendera no passado. Interessante saber que, na coletânea *Memórias do Exílio*, publicada em 1976, ele já havia feito uma autocrítica de sua trajetória nas hostes do movimento negro brasileiro. É ali que Abdias condenou, com virulência, o paradigma racial assimilacionista, proclamando, em seu lugar, a perspectiva multicultural fundada na autodeterminação dos afro-brasileiros. Ao “mundo branco”, ele opunha, como alternativa, “um mundo negro” afrocentrado.

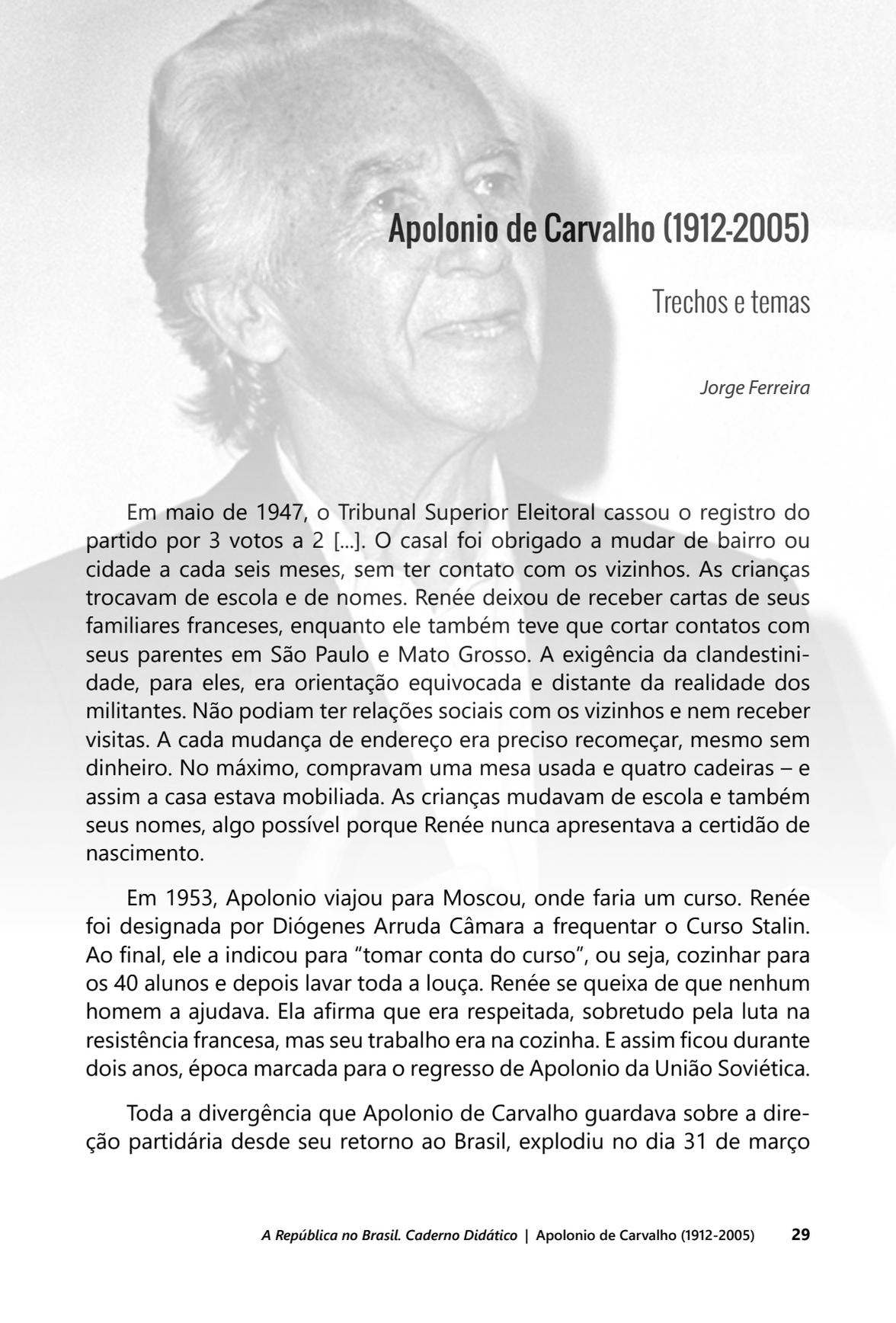
Devo fazer uma autocrítica: a perspectiva de “integração”, que me orientou, mal ou bem, desde a década dos trinta, significava uma direção que conduzia ao afastamento do povo. O Teatro Experimental do Negro, por exemplo, chegou a fazer alguns espetáculos nos subúrbios, uma vez num terreiro de “macumba”. Foi a coisa mais gostosa, aquela reação imediata e viva, o público entendendo tudo, participando integralmente do espetáculo. Mas isso foi exceção. No geral, nos dirigíamos ao público tradicional de teatro, que, claro, é branco e de elite. Foi um erro insistir tanto em projetos para o meio intelectual. Havia o equívoco de querer se “civilizar”, a expectativa de ser “compreendido” pelas elites do país. A “integração” significava um esforço para que a cultura negra fosse reconhecida pela sociedade brasileira, e são as elites (brancas) que controlam os mecanismos de reconhecimento e de prestígio. Então circulávamos num meio que não era exatamente o nosso, sempre aquela ambiguidade, pedindo apoio, buscando patrocinadores, usando a linguagem e os contatos de gente que não só explora o negro economicamente, como ignora e despreza a sua cultura [...]. Por todas essas razões é que mudei de posição. Hoje estou convencido de que namorar o branco para receber reconhecimento é tempo perdido, além de ser uma perspectiva falsa. O negro tem que fazer a coisa dele, sem esperar, sem nem olhar para cara do branco. Depois pode dar uma colher de chá para os brancos, mas antes

tem de se afirmar como negro. Senão, acaba sendo manipulado. É o caso por exemplo do Partido Comunista (que aliás, não está sozinho nisso). Acha que afirmar a tradição africana e manter um estilo de vida africano não faz sentido; mas está sempre lá, dando opinião, procurando influir e desviar o movimento para a sua linha ideológica. Se acham que questão negra é besteira, por que então se imiscuem em nosso assunto, por que tentam nos manipular? Vai manipular branco, porra! (Abdias do Nascimento. In: CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19???)*. São Paulo: Livramento, 1976, p. 43).

DOMINGUES, P. Abdias Nascimento: de assecla integralista a líder pan-africanista. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Abdias Nascimento

- 1) A presença das pessoas negras nos palcos brasileiros e o uso do teatro como meio para pautar na agenda nacional as desigualdades raciais.
- 2) A discussão em torno do ideário de “democracia racial” no Brasil.
- 3) As estratégias de luta contra o racismo como parte de um projeto de nação justa, inclusiva e igualitária. A luta contra o racismo é uma tarefa democrática exclusiva de negros? Ou demanda uma ação conjunta de negros e brancos?

A black and white portrait of Apolonio de Carvalho, an elderly man with short, wavy hair, looking slightly to the right. The portrait is faded and serves as a background for the text.

Apolonio de Carvalho (1912-2005)

Trechos e temas

Jorge Ferreira

Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do partido por 3 votos a 2 [...]. O casal foi obrigado a mudar de bairro ou cidade a cada seis meses, sem ter contato com os vizinhos. As crianças trocavam de escola e de nomes. Renée deixou de receber cartas de seus familiares franceses, enquanto ele também teve que cortar contatos com seus parentes em São Paulo e Mato Grosso. A exigência da clandestinidade, para eles, era orientação equivocada e distante da realidade dos militantes. Não podiam ter relações sociais com os vizinhos e nem receber visitas. A cada mudança de endereço era preciso recomeçar, mesmo sem dinheiro. No máximo, compravam uma mesa usada e quatro cadeiras – e assim a casa estava mobiliada. As crianças mudavam de escola e também seus nomes, algo possível porque Renée nunca apresentava a certidão de nascimento.

Em 1953, Apolonio viajou para Moscou, onde faria um curso. Renée foi designada por Diógenes Arruda Câmara a frequentar o Curso Stalin. Ao final, ele a indicou para “tomar conta do curso”, ou seja, cozinhar para os 40 alunos e depois lavar toda a louça. Renée se queixa de que nenhum homem a ajudava. Ela afirma que era respeitada, sobretudo pela luta na resistência francesa, mas seu trabalho era na cozinha. E assim ficou durante dois anos, época marcada para o regresso de Apolonio da União Soviética.

Toda a divergência que Apolonio de Carvalho guardava sobre a direção partidária desde seu retorno ao Brasil, explodiu no dia 31 de março

de 1964, com o golpe militar. Segundo seu relato, ele esteve na reunião do Comitê Central naquele dia. Como Prestes não pode se encontrar com o presidente João Goulart, a decisão tomada foi a de esperar. Em casa, Apolonio comunicou a decisão à família. Seus filhos, na época estudantes, ficam indignadas. Eles estavam no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o Caco. Mandaram dizer ao pai que, com os amigos, estariam no dia seguinte na Cinelândia. Eles confidenciaram a Apolonio e a Renée que os estudantes receberiam armas do Almirante Aragão e atacariam o Palácio Guanabara com o objetivo de prender o governador Carlos Lacerda. Preocupado, Apolonio localizou um membro do Comitê Central. Dele ouviu pedido de calma. Bastava ouvir os comunicados oficiais de que tudo estava sob controle. Não estava e Apolonio percebia o perigo. Renée, em reflexão muito posterior ao evento do golpe, lembra que a revolta dos sargentos e a dos marinheiros “parecia ter ido longe demais”. As reivindicações eram justas, mas também sabiam “que nenhum governo nem comando militar poderia suportar aquele grau de indisciplina”. Em 25 de março, Prestes, por exemplo, disse na Associação Brasileira de Imprensa: “nós não estamos no governo, mas estamos no poder”. E todos acreditavam no assim chamado “dispositivo militar”.

FERREIRA, Jorge. Apolonio de Carvalho: uma vida, muitas lutas e vários tempos. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Apolonio de Carvalho

- 1) As dificuldades que os militantes profissionais do PCB conheciam com a vida na clandestinidade.
- 2) No caso específico do Curso Stalin, qual o papel reservado à mulher dentro de um partido revolucionário.
- 3) As interpretações de membros de uma família comunista sobre o golpe militar de 1964.



Ênio Silveira (1925-1996)

Trechos e temas

Américo Freire

Além de amigos, MSB e eu tínhamos agora a condição de colegas de *métier*. Mas não era só isso: acreditávamos no Brasil, acreditávamos nas imensas possibilidades de nosso povo avançar rumo à plena realização, desde que fossem eliminados de seu caminho os empecilhos tradicionais – miséria, fome, doenças, incultura – resultantes da exploração cruel a que sempre estive submetido, tanto pelas classes dominantes nacionais como pelas potências imperialistas que, por sua vez, as controlavam.

Para alcançar a eliminação desses empecilhos, púnhamos (e ainda pomos) muita fé na eficiência dessa *arma branca* [grifo original], silenciosa e paciente, que é o livro. A despeito da eterna perseguição em que todas as épocas e sociedades sempre lhe movem as forças do obscurantismo e da prepotência, ele é instrumento capaz de revolver o mundo e fazer os homens a repensá-lo criadoramente (SILVEIRA, 1966).

[Uma importante] área de atuação de Ênio Silveira foi a de adotar medidas no intuito de “desmistificar o livro”, ou seja, torná-lo um objeto de consumo popular – objetivo esse visto com reserva por figuras tradicionais dos meios editoriais, tais como José Olympio e o próprio Octalles. Cinco dessas medidas merecem ser citadas. Uma delas consistiu em facilitar o manuseio dos livros, em particular das brochuras, que, até então, vinham fechadas. Cabia ao leitor se utilizar de uma espátula para abrir as páginas do volume. Ênio passou a publicar apenas “brochuras aparadas”, ou seja, devidamente abertas. Outra, foi a introdução das “orelhas” tendo em vista

estabelecer o contato rápido do leitor com o conteúdo do livro. Mais uma, foi o uso intenso de publicidade para divulgar os lançamentos da editora. A promoção e a entrega de livros por via postal foi outra dessas novidades abraçadas por ele. Por fim, Ênio adotou um programa de mudança radical na imagem dos livros da editora que ficou a cargo de Eugênio Hirsch – um artista plástico que viria a se tornar diretor artístico da Civilização Brasileira.

Ênio Silveira também introduziu uma nova política editorial com vistas a demarcar com maior clareza o espaço público a ser ocupado pela Civilização Brasileira. Uma variante importante dessa política foi a de abrir canais de veiculação para novas gerações de literatos brasileiros que se encontravam à margem das principais casas editoriais, tais como a José Olympio e a Editora Martins. Para isso, criou várias coleções – tais como *Vera Cruz*, mais voltada para os romances; *Panorama do Conto Brasileiro*; *“Poesia Hoje”* e *“Teatro Hoje”*, entre outras. O resultado disso, assinala Hallelwell, foi “tornar a Civilização Brasileira, provavelmente, o canal mais importante para a literatura moderna brasileira nos anos 60.” Na ocasião, a CB publicou escritos de Fernando Sabino, Carlos Heitor Cony, Millôr Fernandes, Antônio Callado e muitos outros. O mesmo se poderia dizer quanto ao papel da CB na divulgação de autores de peso da literatura internacional, tais como Ernest Hemingway, Scott Fitzgerald, William Faulkner, Aldous Huxley, George Orwell, Jean Paul Sartre, Franz Kafka etc.

SILVEIRA, Ê. Prefácio. In: BRITO, M. da S. *Poemário da Silva Brito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FREIRE, A. O livro como arma branca: ensaio biográfico de Ênio Silveira. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Ênio Silveira

- 1) Censura, controle cultural.
- 2) A democratização do livro e da cultura.
- 3) A indústria cultural e o livro na sociedade contemporânea.

Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970)

Trechos e temas

Anderson Almeida

Em 1958, aos 17 anos, ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco (Eampe). Lá recebeu o número 29, relembrou Paulo Conserva, sempre se referindo ao colega de farda como Marcão, “excelente atleta e maravilhoso futebolista”. Após o curso foi designado para trabalhar no Rio de Janeiro, caminho natural de todos os marinheiros oriundos das Escolas de formação que existiam também no Ceará, Bahia e Santa Catarina. Em Natal, no Rio Grande do Norte, funcionava a maior Escola de Formação de Reservistas Navais.

Graduado como marinheiro de primeira classe, Marcos viajou por vários países, a exemplo de Itália, Egito, França e Japão. Embora tenha esse aspecto aventureiro, a vida dos marujos na virada da década de 1950 para 1960 era permeada de desafios e dificuldades não apenas no aspecto profissional, mas também em questões que envolviam os direitos políticos e sociais, logo, humanos. Marujos e fuzileiros navais até a graduação de cabo eram proibidos de casar-se, de votarem e serem eleitos; só podiam sair fardados dos navios e quartéis e tinham dificuldade de prosseguir nos estudos, visto a dura rotina nas organizações militares.

Com a notoriedade adquirida a partir da divulgação da grande imprensa, vários partidos políticos e associações de classe passam a buscar e oferecer apoio aos marinheiros e diversas fontes analisadas destacam a aproximação de importantes setores das esquerdas em solidariedade à causa dos jovens marujos. Nesse sentido, tanto grupos mais combativos,

como é o caso dos agentes políticos ligados a Leonel Brizola, quanto militantes da linha mais moderada, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), perceberam a importância estratégica de ter os marinheiros e fuzileiros como companheiros de luta.

Tiraram minhas roupas, deixaram-me completamente nu, bateram-me muito com cassetete, colocaram-me no pau-de-arara, aplicaram-me choques elétricos ininterruptos nos ouvidos, nos dedos das mãos e pés, nas partes genitais, na língua. Apagaram cigarros na minha pele, simularam afogamentos por imersão, entre outras barbaridades. Depois de muitas seções deste tipo de tortura, fuzileiros navais colocaram-me, nu e amarrado, em um carro. Após uma viagem de cerca de seis horas, empurraram-me, ainda nu e amarrado, para dentro de um helicóptero. Sobrevoaram uma região selvagem, beirando o litoral, a uma altura de quinhentos metros. Queriam que eu mostrasse os lugares, onde, possivelmente, alguns companheiros estariam escondidos. Como eu me mantinha calado, amarraram-me a um cinto de segurança e me empurraram para fora do helicóptero, no ar, por cima do mar, várias vezes. [...] Pensei que tinha chegado meu fim, quando via a água do mar e eu, no ar, pendurado, preso somente pelo cinto que eles poderiam soltar a qualquer momento (DUARTE, 2011, p. 18).

DUARTE, J. Prisão e tortura no ar. In: FERRER, E. (org.). *68 - a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011, p. 18.

ALMEIDA, A. da S. Marcos Antônio. Trajetória de um guerrilheiro que veio do mar: reflexões sobre as ações armadas no Brasil (1964-1970). In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Marcos Antônio da Silva Lima

- 1) Refletir sobre o conceito de "Juventude", principalmente em referência aos jovens pobres, e o dilema entre ingressar na carreira

militar (ou no mercado de trabalho) e prosseguir os estudos visando o Ensino Superior.

2) Os agentes políticos e suas relações de apoio às chamadas “classes subalternas”.

3) A tortura praticada pela Ditadura contra os militantes políticos.

4) Analisar a Música “O Mestre Sala dos Mares” relacionando o contexto no qual ela foi composta e a biografia de Marcos Antônio. Música e Letra disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/elis-regina/87853/>>.

Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988)

Trechos e temas

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

Os universitários interessam-se pelos filmes do Cinema Novo, criticando-os com grande liberdade de posições. Em nosso cinema, as proposições, as ideias lançadas, as tomadas de posição, são as mais variadas, às vezes até contraditórias, ou pelo menos múltiplas; e, acima de tudo, parece-me, cada vez mais livres, mais desmascaradas. Há uma espécie de liberdade total de expressão. [...] À primeira vista, pode mesmo parecer bizantino que conversemos assim quando a *realidade imediata é brutal*. A situação, de fato, não permite o que poderia resultar de prática eficiente dessas especulações. É evidente que à medida que um programa de ação revolucionária – através de filmes, peças de teatro ou mesmo livros – fosse eficiente, atingindo realmente a massa capaz de realizar uma transformação, esse programa seria imediatamente reprimido. As represões já existem antes mesmo de termos um programa em prática. Há, então, um problema a ser discutido, imediatamente, um problema tático: em face da situação presente, como reequacionar todas essas questões? (grifo nosso).

Declaração de Joaquim Pedro de Andrade em 1966. (ANDRADE, 1999, p. 170-171)

Um cinema subterrâneo seria um cinema clandestino e, portanto, quem o fizesse seria imediatamente posto sob perseguição da polícia ou preso. Se nesta entrevista eu declarasse ser por este tipo de cinema e tudo viesse a público eu seria imediatamente *encarcerado*. *Não podemos*

falar disso. A solução normal praticamente não existe. Os limites da sobrevivência do cinema que fazemos depende do governo. Já hoje a nova constituição brasileira prevê a cassação dos direitos profissionais, o que significa que se o governo decidir que eu não devo mais fazer cinema eu não poderei mais continuar a trabalhar. Se veria criar então uma espécie de equilíbrio do terror. [...] Advém naturalmente que, dado o alto custo de um filme, o autor se vê obrigado a considerar todos estes aspectos do problema, chegando então a uma espécie de autocensura preliminar que tem efeitos muito graves. (grifos nossos).

Entrevista de Joaquim Pedro de Andrade em 1969 ao jornalista peruano Federico de Cardenas. (ANDRADE, 1975, p. 9)

Raras vezes Joaquim Pedro fora tão explícito sobre o que acontecia consigo como um espelho do que acontecia na vivência pública brasileira. A síntese do “equilíbrio de terror” evidencia o horizonte de expectativas de Joaquim Pedro de Andrade e permite observar como a prática cinematográfica, para alguns sujeitos, tornou-se uma questão de risco. O uso de termos como *perseguição*, *sobrevivência*, *encarceramento* e a ligação com a própria dimensão de sua ação individual (“Se nesta entrevista eu declarasse... seria encarcerado”) evidenciam questionamentos e soluções tensas e fazer filmes que alegorizassem o momento político, era “autocensura” como a reação a um momento de perigo. O *encarceramento* está muito próximo da desapareção da pessoa, deve-se lembrar.

ANDRADE, J. P. de. Entrevista a Alex Vianny. Disponível em: VIANNY, A. *O processo do cinema novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 1999.

ANDRADE, J. P. Entrevista. *Quaderno Informativo: Unidicesima Mostra Internazionale del Nuovo Cinema. Il cinema novo brasiliano: testi e documenti.*, v. 2. *Pesaro*, n. 65, 14-25 settembre, 1975.

SANTIAGO, F. Expectativa e o sonho: o desenho biográfico de Joaquim Pedro de Andrade durante o regime civil-militar. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Joaquim Pedro de Andrade

- 1) Os sentidos de cidadania e os limites da participação política durante o regime autoritário brasileiro.
- 2) A vivência emocional de artistas marcada pelo medo da censura, perseguição, prisão e/ou tortura.
- 3) As formas de resistências que se desenvolveram no campo cultural durante o regime autoritário.
- 4) As medidas de controle do regime militar contra a livre manifestação política no Brasil.



Emílio Garrastazu Médici (1905-1985)

Trechos e temas

Janaina Cordeiro

[O] governo [do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)] entraria para a história e para o imaginário coletivo nacional, não sem razão, como os *anos de chumbo* da ditadura civil-militar brasileira, quando os órgãos de informação e repressão, fortalecidos, atuavam à perfeição na *caça aos inimigos do regime*, prendendo, torturando, matando. A eficiência da censura e da propaganda, atreladas ao estonteante crescimento econômico daqueles anos compuseram a atmosfera do *Milagre Brasileiro*, construído às custas de arrocho salarial e aumento das desigualdades, “sob as asas do terror do AI-5” e da aniquilação das oposições armadas. Mas se o seu governo foi o mais violento da ditadura, Médici foi seu presidente mais popular. Duas colocações, aparentemente paradoxais, mas que compuseram, a rigor, os dois lados de uma mesma moeda, indissociáveis.

Dito de outra forma, o governo Médici tomou a economia como um aspecto crucial de um projeto nacional mais amplo e fez, de fato, o “bolo crescer”. Tal projeto incluía, como referido no discurso de posse do presidente, “a mobilização total da opinião pública”. Para isso, uma sofisticada agência de propaganda, baseada em modernas concepções de comunicação foi criada: a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) modernizou a forma de comunicação da ditadura com o público, ajudando a construir o discurso de que o Brasil se transformava, a passos acelerados, em uma grande potência. Mas a propaganda da ditadura, eficaz que foi, não operava no vazio. Para que a narrativa em torno do *Brasil potência* tivesse qualquer ressonância, era preciso que

se ancorasse em experiências, tradições e culturas políticas familiares a expressivos segmentos da sociedade. Sob este aspecto, o governo Médici acabou tornando-se porta-voz de um projeto nacional que soube articular as tradições nacionais com o entusiasmo em torno dos processos de modernização conservadora que a ditadura implementava e que, então, se aceleravam de forma inédita. Todavia, se a política econômica atrelada aos projetos de construção do *Brasil potência*, bem como o investimento em novas estratégias de comunicação foram preocupações fundamentais do novo governo, é importante destacar que a questão do combate aos “inimigos do regime” impunha-se cada vez mais como essencial.

Assim, o regime atuou de forma a aperfeiçoar o aparelho repressivo. Seguiram-se anos de estruturação dos mecanismos que transformaram a tortura em política de Estado e de intensa repressão às oposições, principalmente àquelas que optaram pelo enfrentamento armado, que levaram ao seu quase total aniquilamento. Recentemente, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue em 2014, apurou que 98 dos 180 assassinatos com motivações políticas ocorridos sob a ditadura ocorreram entre 1969 e 1974.

Esta era a essência do *Milagre brasileiro*: mais que meramente uma política econômica, o Milagre constituiu-se em verdadeiro *estado de espírito*, uma “forma de presença no mundo”, que incluía ao mesmo tempo e indissociavelmente, euforia desenvolvimentista e repressão; nacionalismo exacerbado e autoritarismo violento – o famoso *slogan ame-o ou deixe-o* –; coerção e consentimento. Assim, para melhor compreender os anos do Milagre em sua complexidade, à dinâmica entre modernização, crescimento econômico e euforia nacionalista é fundamental que se adicione o componente de violência bem como os processos através dos quais ela disseminou-se socialmente.

CORDEIRO, J. M. A ditadura não fala: um esboço biográfico de Emílio Garrastazu Médici. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Emílio Garrastazu Médici

(Antes de mais nada, é preciso enfatizar a especificidade do caso: trata-se da biografia de um ditador, em cujo governo foram cometidas graves violações aos direitos humanos. Nesse sentido, sugere-se que as atividades se concentrem no debate em torno de seu governo)

- 1) O Milagre Brasileiro, em abordagem que articule modernização e violência.
- 2) O papel da propaganda naquele período.
- 3) A intensa repressão aos grupos de oposição ao regime.



Inês Etienne Romeu (1942- 2015)

Trechos e temas

Isabel Cristina Leite

Se eu morrer, como as forças de segurança do governo insistem em insinuar, quero esclarecer alguns fatos que aconteceram comigo desde 05/05/1971, quando fui presa por agentes governamentais. No cativeiro, me torturaram física e mentalmente até o dia em que me entregaram para minha família. Na prisão tentei o suicídio para escapar das perversidades de meus carcereiros e para fugir das ameaças de morte lenta e de violência contra meus parentes. [...] Encaminhei a várias pessoas um longo e circunstanciado depoimento sobre os dias de meu cativeiro, casos que me contaram e onde identifico meus carcereiros. Se eu morrer, estas pessoas divulgarão o depoimento no país e no exterior [...] se eu morrer, peço-lhe que requeira a autópsia, pois podem falsear a “causa mortis”. Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias da minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci (Carta de Inês Etienne Romeu, 1971).

Neste artigo pretendemos dar ênfase em duas temporalidades distintas da vida de Inês Etienne, mas parte de uma mesma situação de violência, ressentimento, coragem e denúncia. Trataremos do ano de 1971, quando há o desfecho da captura do embaixador suíço, ação que ela participou. Naquela ocasião, ela decidiu abandonar a luta armada após divergências com Carlos Lamarca, e acabou presa clandestinamente. [...] O outro tempo é o ano de 1981, no qual houve a publicização de seu relato e a busca por seus algozes. Munida de um aparato midiático e jurídico, Inês colocou

os seus torturadores em rede nacional, deixou o Exército em situação de constrangimento resultando em uma reação que ameaçou aos rumos da anistia e da transição.

No documento (a carta), ela listou 10 nomes de desaparecidos dos quais ela teve algum tipo de notícia durante os 3 meses que esteve na casa. Denunciou também 20 torturadores que ela encontrou dentro da casa. Todos pelos codinomes, alguns nomes verdadeiros. O decreto de desapropriação da Casa de Petrópolis, que desde 1978 pertencia a uma família que nada tinha a ver com os acontecimentos, é datado de 7 de dezembro de 2012. Ali será instalado um centro de memória.

LEITE, I. C. Duas temporalidades na vida de Inês Etienne Romeu: 1971 e 1981. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Inês Etienne Romeu

- 1) Como a ditadura tratava aqueles que eram considerados inimigos do Estado.
- 2) A guerrilha urbana no Brasil.
- 3) O processo de distensão iniciado em 1974 e a Anistia.
- 4) A importância da Comissão da Verdade e dos centros de memória da ditadura.



Joel Rufino dos Santos (1941-2015)

Trechos e temas

Samantha Viz Quadrat

Joel Rufino dos Santos teve seu nome arrolado em várias investigações da FNFi, [...] foi possível identificar seu nome no IPM da FNFi, no episódio de uma suposta tentativa de invasão do anexo da FNFi, em 1965, e como comentarista do filme *O encouraçado Potemkin*.¹ Ainda no imediato pós-golpe, Joel foi incluído com quase mil pessoas no IPM do Partido Comunista Brasileiro, no IPM sobre Imprensa Comunista, no IPM do Ministério de Educação e Cultura e no do ISEB, onde a coleção História Nova do Brasil teve um grande destaque.

Com o golpe, o ISEB foi duramente atacado e não apenas extinto como vimos acima. Nelson Werneck Sodré (1978, p. 65-66) recorda que “[...] o ISEB fora, a 1 de abril, invadido e depredado por uma malta de desordeiros, organizada pelos órgãos policiais da Guanabara, recrutada no lumpem da cidade [...] Nada ficou inteiro no edifício onde funcionava a instituição: as cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros arrancados da parede e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram destruídas, as gavetas atiradas ao chão, os papéis espalhados pelo jardim, a biblioteca teve seus livros rasgados e as estantes derrubadas. Neste dia foram presos o zelador, o copeiro e o faxineiro”.

Com apenas 22 anos e uma esposa grávida do seu primeiro filho, Joel Rufino deixou sozinho o Brasil num exílio voluntário logo após o golpe.

1. DOPS, Notação76, Dossiê 3, Folha 27- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Joel Rufino dos Santos acabou detido no dia 07 de junho de 1965, ao comparecer para prestar depoimento no IPM do ISEB. Sendo dali encaminhado para o 3º Batalhão da Política Militar, no bairro do Méier, Rio de Janeiro. Naquela ocasião já estavam presos e incomunicáveis dois outros autores da Coleção História Nova do Brasil (p. 14).

Durante esse período teve que prestar depoimentos aos IPMs já citados anteriormente e foi submetido ao tratamento psicológico (lei de silêncio) levado a cabo pelo Major Cleber Bonecker. Isso significava um período de incomunicabilidade, depois apenas contatos com seus advogados – que denunciavam a demora do STF em julgar o *habeas corpus* – e raras visitas familiares”.

O cursinho Equipe, em São Paulo, era também uma fonte de apoio para o grupo revolucionário Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi onde Joel, ou Pedro Ivo, conheceu militantes como Ishiro Nagami, morto com a explosão de uma bomba no carro onde estava, no Elenira Rezende e Antonio Benetazzo, os dois últimos assassinados pela ditadura, e passou a participar da retaguarda da ALN.

Curiosamente, apesar da militância em São Paulo, Joel *caiu* (na linguagem da esquerda da época), em 1972, ao chegar na Rodoviária Novo Rio. Preso, foi levado ao DOI-CODI carioca, onde foi torturado. Depois, foi levado para São Paulo, onde passou pelo DOI-CODI paulista, presídio Tiradentes e onde finalmente cumpriu dois anos de pena no Presídio Hipódromo.² No presídio, mais uma vez a questão racial vinha à tona. Os presos comuns queriam saber “Ô neguinho, qual é a tua manha para ficar com os terroristas? [...] Ai eu saquei: eu era o único negro. Ele não entendia que eu fosse terrorista.”

Apesar de vivermos o período da redemocratização, os órgãos de repressão e informação seguiam agindo e acompanhando os passos dos militantes. Nesse momento, como o próprio Joel Rufino afirma, ele passa a militar no movimento negro brasileiro, que ganhava força e destaque

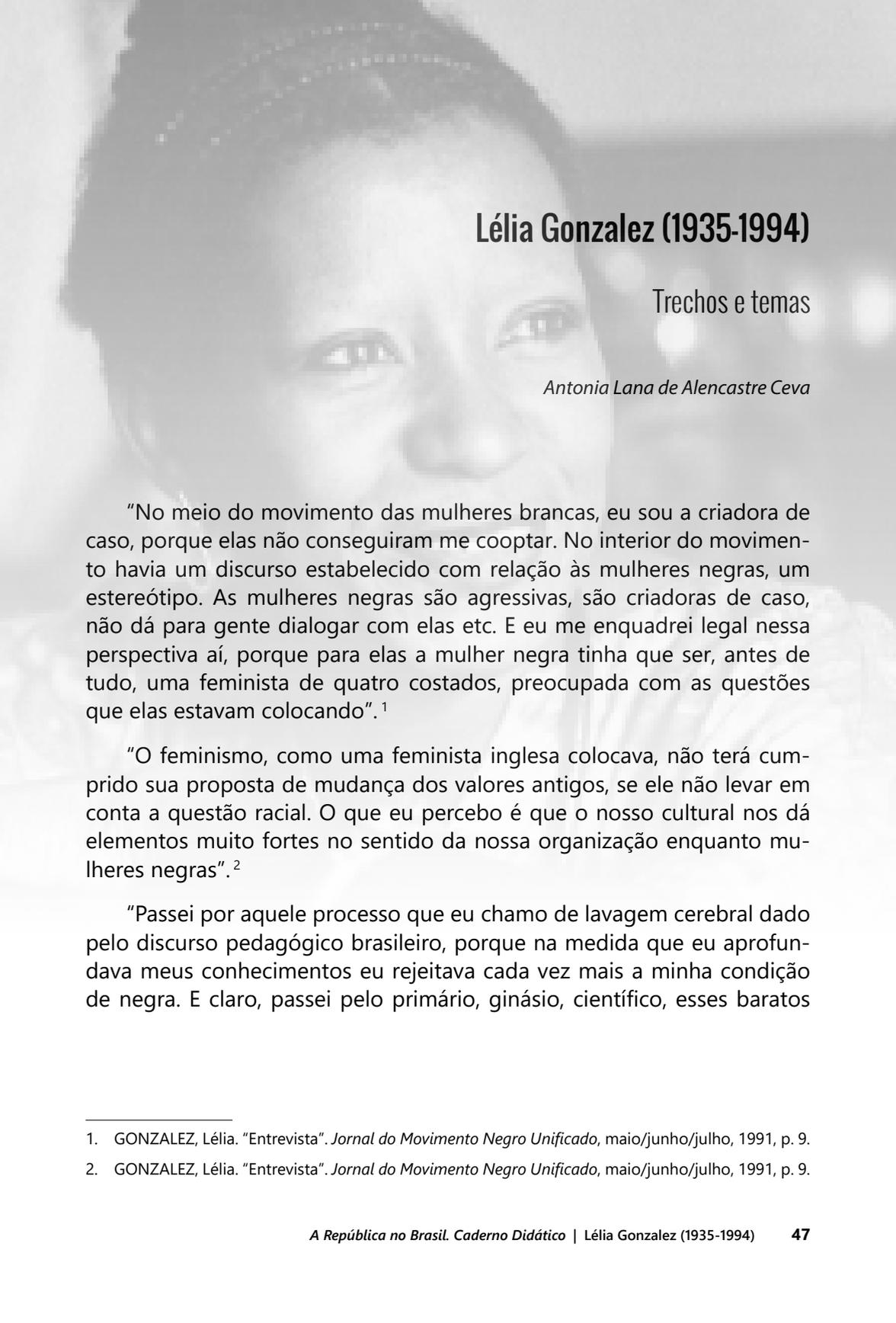
2. Foi no Presídio Hipódromo que Joel e Pedro, seu filho, trocaram cartas. A família morava no Rio de Janeiro e o garoto tinha apenas 7 para 8 anos para fazer visitas frequentes, embora ganhasse presentes feitos por companheiros do seu pai. No livro “Quando voltei, tiver uma surpresa” estão publicadas as cartas de Joel para Pedro. O nosso biografado alega que foi ali que começou a escrever para crianças, mas ele já vinha da experiência com a revista *Recreio*. Ver: QUADRAT, S.V. De pai para filho: cartas da prisão. In: ZACHARIADHES, G. C. (org.). 1964: 50 anos depois- a ditadura em debate. 1. ed. Aracaju: Edise, 2015, v. 1, p. 435-446.

na abertura política. Até então, via como algo desimportante tendo em vista que nada estava acima da luta de classes. Nosso biografado passou a escrever mais sobre o tema, como ele se via no movimento negro e a visão dele sobre a questão afro-brasileira. Segundo ele, “estava sendo empurrado, todo aquele tempo, para a luta racial e não percebia. Ao sair da cadeia, me tornei militante do movimento negro.”

QUADRAT, S. V. O menino que descobriu o segredo do Brasil: Joel Rufino dos Santos. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Joel Rufino dos Santos

- 1) A interferência de uma ditadura no ensino com a perseguição de professores e estudantes.
- 2) As diferentes práticas de violação dos direitos humanos cometidos por uma ditadura tais quais processos judiciais, prisões, torturas, exílios e assassinatos.
- 4) As diferentes formas de resistências e solidariedade num regime autoritário.
- 5) A inserção de Joel Rufino dos Santos no movimento negro.



Lélia Gonzalez (1935-1994)

Trechos e temas

Antonia Lana de Alencastre Ceva

“No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando”.¹

“O feminismo, como uma feminista inglesa colocava, não terá cumprido sua proposta de mudança dos valores antigos, se ele não levar em conta a questão racial. O que eu percebo é que o nosso cultural nos dá elementos muito fortes no sentido da nossa organização enquanto mulheres negras”.²

“Passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque na medida que eu aprofundava meus conhecimentos eu rejeitava cada vez mais a minha condição de negra. E claro, passei pelo primário, ginásio, científico, esses baratos

1. GONZALEZ, Lélia. “Entrevista”. *Jornal do Movimento Negro Unificado*, maio/junho/julho, 1991, p. 9.

2. GONZALEZ, Lélia. “Entrevista”. *Jornal do Movimento Negro Unificado*, maio/junho/julho, 1991, p. 9.

todos. Na faculdade, eu já era uma pessoa de cuja já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema".³

"Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria cultural a gente não é não, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português é 'pretuguês'".⁴

CEVA, A. A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Lélia Gonzalez

- 1) O que significa movimento feminista e feminismo negro? Em que contextos se inserem ambos os movimentos ao longo da História Brasileira?
- 2) Discutir com os alunos o que Lélia está pontuando como processo de embranquecimento, a partir do mito da democracia racial no Brasil.
- 3) Refletir por que a História Oficial invisibiliza o protagonismo das mulheres, em especial, o protagonismo das mulheres negras na História Brasileira?
- 4) Qual é a participação dos/as negros/as na construção sociocultural, política e histórica do Brasil?
- 5) A partir da reflexão de Lélia sobre o português falado no Brasil, o que entendemos por "pretuguês"?

3. GONZALEZ, Lélia. "Lélia fala de Lélia". *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 2º semestre de 1994, p. 383.

4. GONZALEZ, Lélia. "Lélia fala de Lélia". *Revista Estudos Feministas*, n. 2, 2º semestre de 1994, p. 384.



Raul Seixas (1945-1989)

Trechos e temas

Mario Luís Grangeia

Desde que despontou como cantor no Maracanãzinho, depois de anos de maturação como líder de uma banda de iê-iê-iê, músico de apoio, produtor fonográfico e compositor, Raul arrebatou centenas de milhares de fãs, incluindo aqueles que só conheceram sua vida e obra quando elas já tinham findado. Mais do que o modismo do coro “toca Raul” entoado em shows, ora em declínio, a força das letras e melodias de Raul Seixas pode ser verificada nas dezenas de gravações de suas músicas desde 1989, nas releituras em apresentações de músicos profissionais e amadores e no volume crescente de livros e estudos sobre o cantor e seus 18 discos de carreira e ao menos sete coletâneas, dois tributos e nove discos extras, entre os quais se incluíam o disco dos kavernistas, a trilha de “O Rebu” e álbuns ao vivo.

A já vasta bibliografia sobre Raul não para de crescer, abarcando desde livros feitos a partir de seu acervo pessoal, como “Raul Rock Seixas” e as versões de “O baú do Raul”, até coletâneas de perfis sobre ele e entrevistas (suas ou de amigos e colegas) organizadas pelos amigos Sylvio Passos e Thildo Gama, cuja devoção a Raul os fez naturalizar a noção de raulseixistas e, como o próprio dizia, raulseixismos. Fora tantas obras memorialísticas ou jornalísticas, há incontáveis teses, dissertações e monografias feitas por historiadores, cientistas sociais e estudiosos das Letras (veja-se “Raul Seixas: estudos interdisciplinares”, por exemplo) – uma diversidade tão infinda que não deixa de atestar a riqueza da obra de Raul. Além de seu trabalho, sua própria trajetória de vida tem inegável valor documentário

Em meio aos cinco casamentos e parceiros como Paulo Coelho, Claudio Roberto e os Marcelos Motta e Nova, Raul foi revelando sua identidade e, a partir dela, fez sua obra. Do aspirante de escritor crescido em Salvador ao artista pós-fama que envelhecia em São Paulo quando o coração parou, o cantor viveu muitas fases e foi único em cada uma delas. Mais do que uma “metamorfose ambulante”, conforme se via, Raul Seixas foi um roqueiro que, face às encruzilhadas nas vidas pessoal e artística, optava pelo caminho menos pisado. E assim representou, de modo involuntário, mas original, cidadãos que sonhavam com uma democracia, mas presenciaram seu reverso (oxalá distante hoje) na maior parte da jornada.

GRANGEIA, M. L. O roqueiro e os monstros: Raul Seixas, esoterismo e ditadura. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Raul Seixas

- 1) A produção cultural em regimes democráticos e autoritários.
- 2) A relação entre texto e contexto em obras artísticas.
- 3) Causas, efeitos e outros aspectos da Censura extinta em 1988.



Mário Juruna (1943-2002)

Trechos e temas

Michelle Reis de Macedo

Em 1943, nasceu o xavante Dzururã, na língua nativa, na aldeia Namuncurá, na região de Couto-Magalhães (hoje Araguainha), no Mato Grosso. Conhecido posteriormente como Mário Juruna, viveu sem contato com os não-índios até, aproximadamente, seus 16 ou 17 anos, quando, no final dos anos 1950, o projeto do governo do presidente Juscelino Kubitschek de levar a capital do Brasil para Brasília provocou o aumento do preço das terras na região, estimulando ainda mais os interesses especulativos. Sendo assim, a região em que habitava junto a sua comunidade foi violentamente invadida por colonos e fazendeiros, forçando o exílio de muitos xavantes para outras regiões. [...] Entre 1964 e 1969, Mário Juruna trabalhou de roceiro e piloto de barco. Durante as viagens descendo e subindo rios que cortavam o centro-oeste do Brasil, viveu experiências com outros grupos indígenas e percebeu semelhanças. Observou que o avanço implacável da agroindústria era um problema não apenas para sua comunidade, mas também para toda a região visitada. Além disso, as autoridades que negligenciavam as dificuldades de sua comunidade agiam da mesma forma com outros grupos indígenas. Ao longo desses momentos de troca de experiências, Juruna construiu laços de solidariedade com outras comunidades indígenas; relações importantes para sua posterior representatividade nacional enquanto interlocutor das demandas indígenas frente ao poder do Estado brasileiro.

Diante da política indigenista desfavorável levada a cabo pela FUNAI de forma como o órgão tratava as lideranças mais combatentes, Mário

Juruna decidiu mudar sua estratégia de luta; entendeu que em período de redemocratização e de retorno dos valores da democracia representativa, a participação na política institucional de forma efetiva poderia ser um caminho possível: “vou me candidatar para continuar lutando”, disse Juruna. [...] “Se eu for eleito, vou lutar junto com outros pobres que nem os índios, com os pretos, com os favelados, que eu conheço bem porque tenho vivido igual a eles. Vou lutar pelo direito de salário para o trabalhador, pela escritura da terra do índio, que também é filho de Deus”.

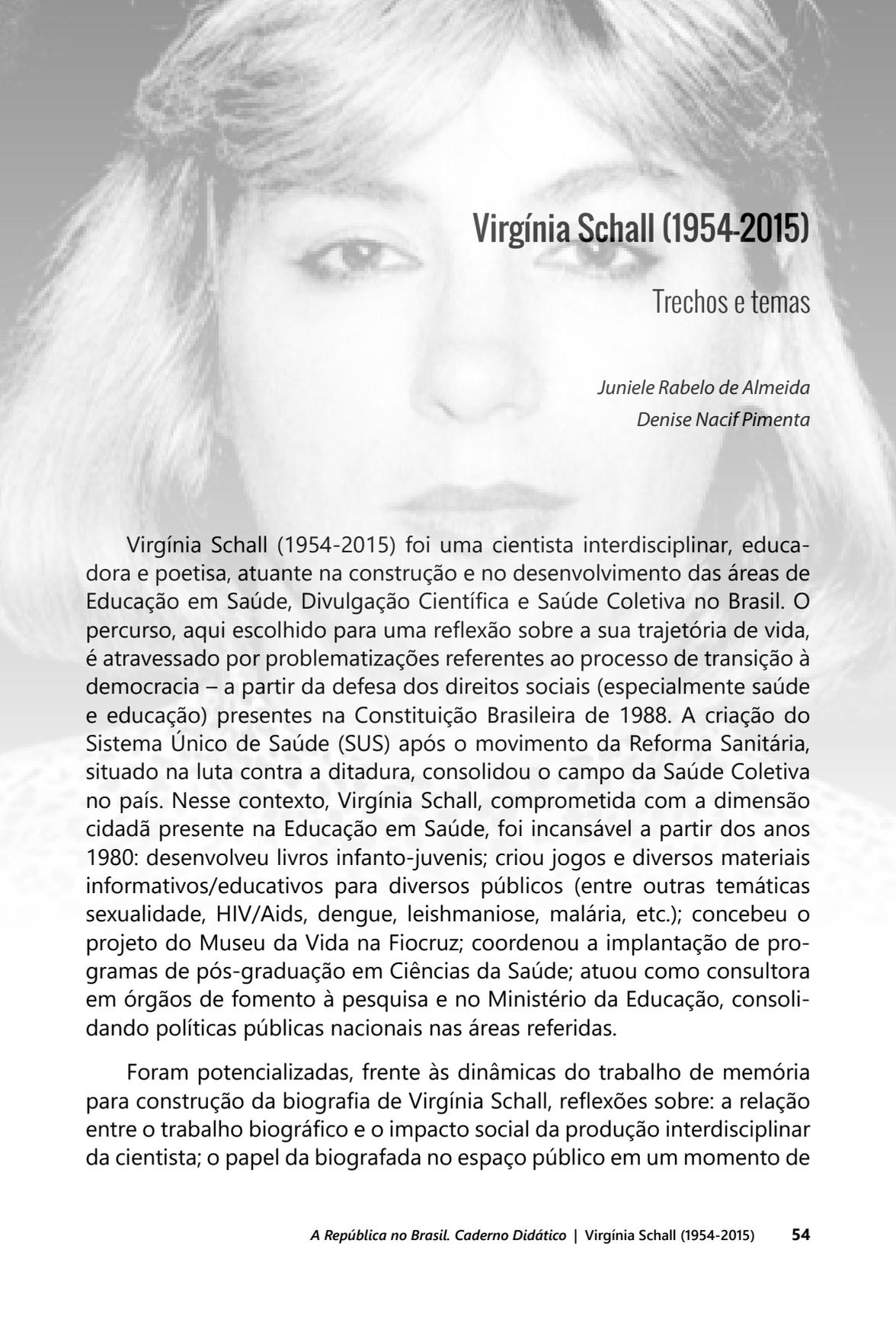
O significado da atuação política de Juruna permite-nos alguns apontamentos: 1) assim como qualquer ser humano ou grupo social, Mário Juruna transformou-se com a experiência, adaptando-se a novas situações, apropriando-se de novos símbolos e visões de mundo; 2) criou estratégias políticas para atingir metas baseadas em seus próprios interesses; 3) subverteu o senso comum e ocupou um lugar de representatividade; 4) ao ocupar esse espaço, inseriu-se numa nova rede de poder, estabelecendo novas relações políticas, de alianças ou de conflitos, inclusive com outras lideranças indígenas; 5) demonstrou que a simpatia conquistada da grande imprensa até o início dos anos 1980 não refletia uma real solidariedade com a causa indígena, já que após sua filiação a um partido trabalhista, considerado de esquerda, naquele momento, provocou uma mudança de postura de grandes jornais em relação a ele; 6) por fim, apesar disso, é inegável que sua trajetória, na esteira das reivindicações do movimento indígena, contribui para o avanço dos debates acerca da cidadania dos povos indígenas.

MACEDO, M. R. de. Da reserva de São Marcos ao Congresso Nacional: a trajetória política do xavante Mário Juruna (anos 1970 e 1980). In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Mário Juruna

- 1) A construção da identidade indígena a partir do compartilhamento de experiências com outros grupos étnicos.

- 2) O índio como sujeito político e protagonista do processo histórico.
- 3) A desconstrução do estereótipo do índio puro e ideal, preso ao passado.
- 4) A importância do movimento indígena contemporâneo e sua luta por terra, direitos e reconhecimento.
- 5) A importância da representatividade de Mário Juruna no Congresso Nacional para a construção da democracia no Brasil.



Virgínia Schall (1954-2015)

Trechos e temas

Juniele Rabelo de Almeida

Denise Nacif Pimenta

Virgínia Schall (1954-2015) foi uma cientista interdisciplinar, educadora e poetisa, atuante na construção e no desenvolvimento das áreas de Educação em Saúde, Divulgação Científica e Saúde Coletiva no Brasil. O percurso, aqui escolhido para uma reflexão sobre a sua trajetória de vida, é atravessado por problematizações referentes ao processo de transição à democracia – a partir da defesa dos direitos sociais (especialmente saúde e educação) presentes na Constituição Brasileira de 1988. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) após o movimento da Reforma Sanitária, situado na luta contra a ditadura, consolidou o campo da Saúde Coletiva no país. Nesse contexto, Virgínia Schall, comprometida com a dimensão cidadã presente na Educação em Saúde, foi incansável a partir dos anos 1980: desenvolveu livros infanto-juvenis; criou jogos e diversos materiais informativos/educativos para diversos públicos (entre outras temáticas sexualidade, HIV/Aids, dengue, leishmaniose, malária, etc.); concebeu o projeto do Museu da Vida na Fiocruz; coordenou a implantação de programas de pós-graduação em Ciências da Saúde; atuou como consultora em órgãos de fomento à pesquisa e no Ministério da Educação, consolidando políticas públicas nacionais nas áreas referidas.

Foram potencializadas, frente às dinâmicas do trabalho de memória para construção da biografia de Virgínia Schall, reflexões sobre: a relação entre o trabalho biográfico e o impacto social da produção interdisciplinar da cientista; o papel da biografada no espaço público em um momento de

redemocratização política; os diálogos entre a biografia de Virgínia Schall e múltiplas áreas de conhecimento [...]. Nesse sentido, sua produção propõe reflexões e ações sobre Educação em Saúde de forma participativa e territorializada – sua biografia expressa um espaço de resistência frente a onda conservadora crescente na atual crise política do país – e impulsiona reflexões sobre a importância dos princípios democráticos.

Os sentidos de cidadania presentes na trajetória de Virgínia – ao promover, por meio da Educação em Saúde, maior liberdade para o reconhecimento da diversidade na ciência, afirmando autonomia profissional sobre seus próprios saberes e práticas – não poderiam existir em períodos autoritários. As propostas de uma ciência cidadã, evidenciadas na obra de Schall, configuram variadas elaborações e práticas de liberdade no Brasil da transição democrática – buscando superar as marcas da ditadura militar. [...] Neste sentido, a partir da discussão desses elementos centrais à obra de Virgínia, é possível dimensionar o impacto das suas reflexões – marcadas por um olhar integrador, transdisciplinar e crítico. [...] Trabalhou por uma concepção ampliada de educação e de saúde, potencializando a noção de construção do conhecimento como um caminho para a emancipação social e para a formação cidadã.

ALMEIDA, J. R.; PIMENTA, D. N. Cidadania, Educação em Saúde e Divulgação Científica: a trajetória de Virgínia Schall no contexto da redemocratização brasileira. In: FERREIRA, J.; CARLONI, K. (orgs.). *A República no Brasil – trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói: Eduff, 2019.

Temas que poderão ser trabalhados no ensino básico a partir da biografia de Virgínia Schall

- 1) Os sentidos de cidadania e o trabalho de memória para construção da biografia de uma mulher cientista no processo de transição democrática.
- 2) A Constituição de 1988 e a criação do SUS;

3) Consolidação da educação democrática em saúde e da divulgação científica, a partir dos anos 1980, no contexto da saúde pública brasileira.

CADERNO DIDÁTICO

TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRE
**A DEMOCRACIA
E A DITADURA**

JORGE FERREIRA
JUNIELE RABELO DE ALMEIDA
SAMANTHA VIZ QUADRAT
ORGANIZADORES

Eduff

CAPES

ISBN 978-85-228-1365-0



9 788522 813650 >